



AS CINCO IDADES

Para facilitar os estudos, os historiadores dividem a história em grandes "capítulos". Embora essa divisão clássica tenha um foco na Europa, é a mais usada nas escolas para organizar a linha do tempo da humanidade. Vamos a elas:

1. Pré-história (até 4.000 a.C.)

Vai do surgimento dos primeiros humanos até a invenção da escrita. Como não havia registros escritos, conhecemos essa época por fósseis e ruínas. Foi aqui que o ser humano descobriu o fogo, criou ferramentas de pedra e desenvolveu a agricultura, deixando de ser nômade para formar as primeiras aldeias.

2. Idade Antiga (4.000 a.C. – 476 d.C.)

Começa com a invenção da escrita e vai até a Queda do Império Romano do Ocidente. É a era das grandes civilizações, como egípcios, mesopotâmicos, gregos e romanos. Grandes impérios se formaram, a filosofia nasceu e as primeiras leis e religiões organizadas surgiram.

3. Idade Média (476 – 1453)

Inicia-se com a fragmentação do Império Romano e termina com a Queda de Constantinopla. É o famoso período dos castelos, cavaleiros e do feudalismo, onde a terra era a maior riqueza. A Igreja Católica teve enorme poder e influência sobre a sociedade, a cultura e a política na Europa.

4. Idade Moderna (1453 – 1789)

Começa com a queda de Constantinopla e termina com a Revolução Francesa. É a era

das Grandes Navegações (que conectaram os continentes) e do Renascimento Cultural e Científico. O poder dos reis se fortaleceu (Absolutismo), o comércio global cresceu e as bases do capitalismo começaram a surgir.

5. Idade Contemporânea (1789 – dias atuais)

Vai da Revolução Francesa até hoje. É o período das transformações mais rápidas e intensas. Aconteceram a Revolução Industrial, a abolição da escravidão em grande parte do mundo, as duas Guerras Mundiais, a corrida espacial e a revolução digital. É a era em que vivemos, marcada pela tecnologia e pela globalização.

Essa divisão funciona como uma bússola que nos ajuda a entender como o passado moldou o mundo em que vivemos hoje.

ANTIGUIDADE CLÁSSICA (?)

Quando ouvimos o termo Antiguidade Clássica, é comum imaginarmos templos de mármore branco, filósofos debatendo em praças públicas e legiões romanas marchando. De forma simples, a Antiguidade Clássica é o período da história focado nas civilizações da **Grécia Antiga** e da **Roma Antiga**, que floresceram ao redor do Mar Mediterrâneo.

Tradicionalmente, esse período é marcado entre o **século VIII a.C.** (com os poemas de Homero e o surgimento das cidades-estado gregas) e o **século V d.C.** (com a Queda do Império Romano do Ocidente). Nos livros escolares, ela é frequentemente celebrada como o "berço da civilização ocidental", a

origem da democracia, da filosofia, do teatro e do Direito.

No entanto, **a história não é feita apenas de fatos, mas também de como escolhemos contá-los**. E é aí que o termo "Antiguidade Clássica" começa a dar problema. Vamos entender por que os historiadores e pensadores críticos olham para esse termo com desconfiança.

O peso da palavra "Clássica" e o eurocentrismo

A palavra "clássico" não é neutra. Ela significa **"modelo"**, "aquilo que serve de padrão", "a perfeição". Ao chamar Grécia e Roma de "Clássicas", estamos fazendo um julgamento de valor: estamos dizendo que aquelas sociedades são o modelo supremo de civilização.

Isso gera um enorme **eurocentrismo (a visão de que a Europa é o centro e o motor da história)**. O problema é que, enquanto a Grécia e Roma existiam, outras civilizações igualmente complexas, populosas e avançadas brilhavam pelo mundo. A Dinastia Han na China, o Império Maurya na Índia ou as civilizações pré-colombianas nas Américas estavam desenvolvendo suas próprias filosofias, tecnologias e formas de governo. Chamar apenas o Mediterrâneo de "Clássico" apaga o resto do mundo do mapa, como se a história da humanidade fosse apenas um ensaio para a chegada da Europa.

O historiador e antropólogo senegalês **Cheikh Anta Diop** foi um dos grandes críticos dessa visão. Em suas obras, ele demonstrou como a historiografia europeia "branqueou" a Grécia Antiga, isolando-a de suas raízes. Diop argumentou que a civilização grega não surgiu do nada, mas bebeu profundamente da fonte da civilização egípcia e africana. Para Diop, a ideia de uma "Antiguidade Clássica" puramente europeia é um mito que serviu para justificar a superioridade racial e cultural do Ocidente.

A Invenção do "Período"

Quem decidiu que essa época era a "Antiguidade Clássica"? Não foram os gregos ou os romanos. O termo foi consolidado muito depois, especialmente durante o **Renascimento e o Iluminismo, por intelectuais europeus**.

O historiador francês **François Hartog**, que estuda como as sociedades constroem a noção de tempo (os chamados "regimes de historicidade"), nos ajuda a entender isso. Hartog mostra que dividir a história em "Idades" ou "Períodos" não é uma lei da natureza, é uma invenção humana. Os europeus dos séculos XVIII e XIX inventaram a "Antiguidade Clássica" para criar uma "árvore genealógica" para si mesmos. Eles queriam provar que a Europa moderna era a herdeira direta e legítima da razão grega e da ordem romana, separando-se do que consideravam a "barbárie" de outros povos. O termo, portanto, é uma ferramenta política de identidade.

O Mito da Utopia de Mármore

Por fim, o termo "Clássico" tende a idealizar o período, escondendo suas facetas mais sombrias. A escola costuma focar em Platão, Aristóteles e nas leis de Roma. Mas a realidade cotidiana era bem menos "clássica" e muito mais brutal.

A historiadora britânica **Mary Beard**, faz questão de tirar o "pó de mármore" das estátuas. Ela nos lembra que a grandiosidade de Roma e da Grécia foi construída sobre uma engrenagem de violência extrema. A "civilização clássica" dependia de escravidão em massa (a economia pararia sem os escravos), de guerras de extermínio para expandir territórios, de violência gladiatória e de uma misoginia estrutural, onde mulheres eram tratadas como propriedade.

Para Beard, olhar para a Antiguidade Clássica apenas como um "berço de virtudes" é ignorar que o que chamamos de "grandeza" era, na verdade, a capacidade de explorar e dominar outros seres humanos.

Devemos parar de usar o termo?

Não necessariamente. O termo "Antiguidade Clássica" ainda é útil como uma "gaveta" para organizar os estudos do Mediterrâneo. É inegável que a Grécia e Roma influenciaram profundamente a língua, a política e a cultura do mundo ocidental moderno.

O problema não é estudar a Grécia e Roma, mas sim como as estudamos. Devemos usar o termo com um "asterisco" mental. Precisamos lembrar que a Antiguidade Clássica não foi o único centro de civilização do mundo, que sua "perfeição" foi construída sobre muita violência, e que o próprio termo é uma herança de uma época em que **a Europa queria se ver como a dona da razão. Estudar a história é, acima de tudo, aprender a fazer as perguntas certas sobre o passado.**

GRÉCIA ANTIGA

Para entender a Grécia Antiga, a primeira coisa que precisamos ter em mente é que ela não era um país unido. Diferente do Egito ou da Mesopotâmia, que tinham grandes impérios centralizados, a Grécia era formada por uma região montanhosa, com solo pobre para a agricultura e um litoral recortado por ilhas e mares.

Essa geografia isolou as comunidades umas das outras, impedindo a formação de um grande reino unificado. Em vez disso, surgiram as pólis (cidades-estado). Cada pólis era independente, com suas próprias leis, governo, moeda e exército. No entanto, todas compartilhavam a mesma língua, religião e costumes.

A formação da Grécia Antiga passou por algumas fases. Primeiro, tivemos as civilizações de Creta e Micenas (cheias de palácios e reis). Depois, houve um período de declínio e invasões conhecido como a "Idade das Trevas Grega", onde a escrita foi

esquecida e a população migrou. Por fim, no período Arcaico (a partir de 800 a.C.), a população cresceu, o comércio marítimo explodiu e as pólis se consolidaram como a forma definitiva de organização grega.

Entre centenas de cidades-estado, duas se destacaram pela sua importância, poder e, principalmente, por serem completamente opostas em sua organização social e política: Atenas e Esparta.

Sociedade Ateniense:

Atenas é lembrada como o berço da democracia. Mas é preciso entender o que essa palavra significava na prática e para quem.

A trajetória política de Atenas foi marcada por conflitos internos. No início, o poder estava nas mãos de famílias aristocráticas que controlavam terras, cargos religiosos e decisões judiciais. A concentração de riqueza gerou endividamento e escravidão por dívidas entre os camponeses. Para evitar uma guerra civil, o legislador Sólon (594 a.C.) cancelou dívidas, proibiu a escravidão por dívida e criou divisões políticas baseadas na riqueza, não apenas no nascimento. Décadas depois, Clístenes (508/507 a.C.) reorganizou a população em tribos que misturavam regiões diferentes, enfraquecendo o poder das famílias tradicionais e fortalecendo a participação popular. No século V a.C., sob Péricles, a democracia atingiu seu auge formal.

Os cidadãos se reuniam na Eclésia (assembleia popular) para votar leis, declarar guerra, aprovar contas públicas e escolher

magistrados por sorteio. Havia um conselho preparatório (Bulé) e tribunais populares com centenas ou milhares de jurados. A ideia era simples: quem vive na cidade deve decidir sobre ela.

Mas a pergunta crítica é: quem era considerado cidadão? Apenas homens livres, maiores de 18 anos, filhos de pai e mãe atenienses. Isso excluía a grande maioria da população:

Mulheres: não votavam, não ocupavam cargos, tinham seus bens controlados por homens e eram relegadas ao espaço doméstico. Sua função social era a reprodução legítima de novos cidadãos.

Metecos: estrangeiros residentes em Atenas. Trabalhavam no comércio, artesanato e finanças, pagavam impostos especiais e serviam no exército, mas não tinham direitos políticos.

Escravos: podiam representar até um terço da população. Eram propriedade, não pessoas com direitos. Trabalhavam nas minas de prata, na agricultura, na construção, nas casas e até na administração pública. A democracia ateniense só era viável porque uma parcela enorme da sociedade não precisava trabalhar para sobreviver e podia dedicar tempo à política.

Além da exclusão interna, Atenas manteve um projeto expansionista. Após as Guerras Médicas (contra os persas), Atenas liderou a Liga de Delos, uma aliança defensiva que rapidamente se transformou em um império. As

cidades aliadas pagavam tributos em vez de enviar navios. Quando tentavam se retirar, Atenas reagia com força militar, como fez com a ilha de Melos, massacrando os homens e escravizando mulheres e crianças. A riqueza que financiava templos, teatros e salários para participantes da assembleia vinha, em boa parte, da exploração de outras cidades e do trabalho escravo.

Sociedade Espartana:

Esparta seguiu um caminho oposto ao de Atenas. Enquanto os atenienses valorizavam o debate, a inovação e a expressão individual, os espartanos priorizavam a estabilidade, a obediência e a força militar.

A formação de Esparta está ligada à conquista da região da Messênia, por volta do século VIII a.C. A população local foi subjugada e transformada em hilotas, uma espécie de servos estatais presos à terra. Os conquistadores se organizaram como uma casta guerreira, os esparciatas ou homoioi ("iguais"), que se dedicavam exclusivamente à guerra e à política. Entre eles e os hilotas ficavam os periecos ("os que moram ao redor"), homens livres que cuidavam do comércio, do artesanato e da agricultura em suas próprias terras, mas sem direitos políticos em Esparta. O sistema político espartano era misto e controlado:

Dois reis hereditários (funções militares e religiosas);

Gerúsia: conselho de 28 anciãos mais os dois reis, com poder de propor leis e julgar crimes graves;

Apela: assembleia dos cidadãos, que aprovava ou rejeitava propostas, mas sem poder de debate livre;

Éforos: cinco magistrados eleitos anualmente com poder de fiscalização, capazes de investigar até os reis e convocar a assembleia.

A educação espartana (agogê) era pública e obrigatória. Aos sete anos, os meninos eram afastados das famílias e passavam por um treinamento brutal: sobrevivência, resistência à dor, obediência absoluta, roubo permitido (como exercício de astúcia) e punição severa por falhas. O objetivo não era formar pensadores ou artistas, mas soldados leais ao Estado.

As mulheres espartanas tinham, em comparação com Atenas, mais liberdade física e patrimonial. Podiam praticar esportes, herdar terras e administrar propriedades. Isso tinha um motivo político claro: mulheres saudáveis gerariam homens fortes para o exército. Ainda assim, sua vida era totalmente subordinada ao projeto estatal de reprodução e manutenção da casta guerreira.

O lado oculto desse sistema era o terror institucionalizado. Os hilotas eram a maioria da população e realizavam todo o trabalho produtivo. Para evitar revoltas, o Estado espartano praticava a cripteia: jovens

espartanos recebiam permissão para matar hilotas à noite, sem julgamento, como "treino" e controle social. A igualdade entre os cidadãos espartanos dependia diretamente da desigualdade extrema e da violência contra a maioria.

ROMA ANTIGA

Quando pensamos na Roma Antiga, é comum que a nossa mente seja invadida por imagens de gladiadores, legiões invencíveis, senadores de togas brancas e grandes obras de engenharia. A tradição conta que a cidade foi fundada em 753 a.C. por dois irmãos gêmeos amamentados por uma loba, Rômulo e Remo.

No entanto, para entender a formação de Roma de forma crítica, precisamos olhar para além do mito. As lendas de fundação não servem para contar o que realmente aconteceu, mas para justificar o poder de quem estava no topo. A história de Roma não é uma linha reta de glórias contínuas; é a narrativa de uma sociedade complexa, marcada por lutas de classes constantes, expansão violenta e uma profunda contradição: a ideia de "liberdade" e "república" romana era um privilégio de poucos, construído sobre o suor e o sangue de milhões de escravizados e povos conquistados.

Para compreender como Roma se formou e se organizou, precisamos dividir sua história em três grandes períodos — Monarquia, República e Império — observando como a sociedade se estruturava e se transformava em cada um deles.

A Monarquia (753 a.C. – 509 a.C.)

Historicamente, a formação de Roma não foi um evento isolado, mas um processo gradual de aldeias de pastores e agricultores que se uniram às margens do rio Tibre, na Península Itálica. A região era um cruzamento de povos (latinos, sabinos e, fundamentalmente, etruscos, que muito influenciaram a cultura romana).

Foi na Monarquia que se consolidou a primeira e mais duradoura divisão social romana, que definiria os conflitos dos séculos vindouros:

Patrícios: Eram os descendentes das famílias fundadoras, os grandes proprietários de terras. Detinham o monopólio do poder político, religioso e militar.

Plebeus: Eram a maioria da população. Incluía pequenos agricultores, artesãos e comerciantes. Eram homens livres, mas não tinham direitos políticos.

Clientes: Pessoas pobres que se colocavam sob a proteção de um patrão patrício em troca de sustento e proteção. Era uma relação de dependência pessoal que reforçava o poder da elite.

Escravos: oriundos de povos conquistados, ou pessoas endividadas, sustentavam a economia, a manutenção de Roma e o divertimento público.

A tradição diz que os romanos expulsaram o último rei (Tarquínio, o Soberbo) porque odiavam a tirania e amavam a liberdade. A

leitura crítica nos mostra outro motivo: os reis, especialmente os de origem etrusca, tentavam limitar o poder absoluto dos patrícios, apoiando-se nas camadas mais baixas. A expulsão do rei não foi um "salto para a democracia", mas sim a vitória da aristocracia patrícia, que passou a governar sem a interferência de um monarca, criando um Estado a serviço de seus próprios interesses.

A República (509 a.C. – 27 a.C.)

A palavra "República" vem do latim *Res Publica*, que significa "coisa pública". Mas a grande questão é: para quem essa coisa era pública?

No início da República, o poder estava concentrado no Senado (formado apenas por patrícios) e nos Cônsules (os chefes de Estado e do exército). Os plebeus, que formavam a base do exército e pagavam impostos, não tinham direitos.

A formação da República foi marcada por um conflito social interno que durou séculos. Os plebeus, cientes de que Roma não poderia existir sem seu trabalho e sem seu sangue nas guerras, começaram a exigir direitos. Em várias ocasiões, eles simplesmente pegavam em armas e se retiravam da cidade, paralisando a economia e o exército.

Essa pressão forçou concessões lentas:

Criação dos Tribunais da Plebe, magistrados que podiam vetar leis prejudiciais aos plebeus.

A Lei das Doze Tábuas (450 a.C.): Antes disso, as leis eram orais e interpretadas apenas pelos

patrícios (juízes), o que gerava abusos. Escrever as leis foi uma vitória imensa, pois garantia que todos (em teoria) fossem julgados pelas mesmas regras.

Com o tempo, plebeus ricos conseguiram acesso às magistraturas, fundindo-se com a velha nobreza patrícia e criando a Nobreza Patrício-Plebeia.

Eis que entra o grande motor de Roma: a guerra. A República era uma máquina de conquista. Ao dominar a Península Itálica e depois o Mediterrâneo (vencendo Cartago nas Guerras Púnicas), Roma inundou-se de riquezas e, principalmente, de escravos.

A expansão destruiu a base da sociedade romana. Os pequenos agricultores plebeus, que passavam anos lutando nas fronteiras, voltavam para casa e encontravam suas terras arruinadas. Essas terras eram compradas a preços irrisórios (ou tomadas à força) pelos ricos patrícios, que formavam os Latifúndios (grandes propriedades agrícolas).

Os latifúndios eram trabalhados por milhares de escravos de guerra. Isso gerou dois problemas catastróficos:

Êxodo rural: Os camponeses livres iam para a cidade de Roma, inchando a massa de desocupados (a plebe urbana).

Crise do Exército: O exército romano era formado por cidadãos que possuíam terras. Sem terras, não havia soldados.

A República entrou em colapso não por "decadência moral", mas por crise estrutural e desigualdade extrema. Generais como Mário, Sila e, finalmente, Júlio César, perceberam que os soldados pobres não lutavam mais pela "República", mas pelos generais que lhes prometiam terras e saques. A lealdade ao Estado foi substituída pela lealdade aos caudilhos militares. A República, incapaz de resolver a questão agrária e a desigualdade, morreu.

O Império (27 a.C. – 476 d.C.)

Com as guerras civis, Otávio (sobrinho-neto de Júlio César) saiu vitorioso. Em 27 a.C., o Senado lhe deu o título de Augusto. Nascia o Império. Augusto foi um gênio da política: ele manteve a aparência da República (o Senado continuou existindo), mas concentrou todo o poder real em suas mãos, especialmente o controle dos exércitos.

A sociedade romana imperial era uma rígida pirâmide, sustentada pela força militar:

O Imperador: A figura central, divinizado após a morte (e em vida, em algumas províncias).

Senadores e Equestres (Cavaleiros): A elite. Os senadores eram a velha aristocracia fundiária; os equestres eram a nova elite financeira, comerciantes e burocratas enriquecidos que administravam o império e cobravam impostos.

Homens Livres (Plebe Urbana e Rurais): A massa da população. Na cidade de Roma, a plebe urbana era mantida sob controle através

da política do "Pão e Circo" (Panem et Circenses). O Estado distribuía trigo e promovia espetáculos sangrentos no Coliseu para manter a população distraída, alimentada e longe de rebeliões.

Libertos: Ex-escravos que haviam comprado ou recebido a alforria. Não tinham todos os direitos, mas muitos enriqueceram no comércio e na administração imperial.

Escravos: A base da pirâmide. Eram considerados "ferramentas falantes" (como dizia o escritor Varrão). Não eram divididos por raça, mas por conquista (prisioneiros de guerra), dívidas ou nascimento. Trabalhavam nas minas (onde a expectativa de vida era curtíssima), nos campos, como gladiadores e nas casas como domésticos.

Os historiadores romanos cunharam o termo Pax Romana para descrever os primeiros duzentos anos do Império, um período de relativa estabilidade e prosperidade. Contudo, uma análise crítica revela que essa "paz" era, na verdade, uma paz armada.

Ela era garantida por legiões brutais reprimindo qualquer revolta nas províncias (como a destruição de Jerusalém) e por um sistema econômico predatório. Roma não produzia o suficiente para sustentar seu luxo; ela saqueava as províncias (Egito, Gália, Hispânia) para alimentar a capital e manter o exército.

O problema do Império era o seu próprio motor. A economia romana dependia de expansão contínua para fornecer novos escravos e

saques. Quando o Império atingiu sua máxima extensão (no século II d.C., com o imperador Trajano), as fronteiras estagnaram. Sem novas conquistas, o fluxo de escravos secou, os preços dispararam, a inflação corroeu a economia e os impostos precisaram ser aumentados para manter o gigantesco aparato militar nas fronteiras.

A sociedade, já corroída pela desigualdade e pela dependência do trabalho servil, não teve resiliência. Quando as pressões dos "bárbaros" (povos germânicos que também migravam fugindo de outros conflitos e da fome) aumentaram, o Império do Ocidente, frágil e falido, desmoronou em 476 d.C.